4 a Io

caderno • terça-feira, 22/3/88 Política

f)A/£-

JORNAL DO BRASIL

PDT e PT fazem abaixo-assinado por mandato de 4

BRASÍLIA — Um abaixo-assinado
em que cerca de 200 constituintes com-
prometem-se a votar a favor de um
mandato de quatro anos para o presiden-
te José Sarney no capítulo das Disposi-
ções Transitórias, independente do siste-
ma de governo aprovado agora, será
divulgado hoje de manhã depois de uma
reunião conjunta das bancadas do PT e
do PDT. Os dois partidos fecharam ques-
tão em torno do presidencialismo, vão
manter a decisão e acreditam que seus 40
votos serão decisivos para a manutenção
do atual sistema de governo.
Só que PT e PDT querem se diferen-
ciar dos presidencialistas que apoiam o
presidente José Sarney. Por isso resolve-
ram divulgar o manifesto horas antes do
início da sessão. "Estamos, sem dúvida,
em companhia bastante desagradável,
Sarney, António Carlos Magalhães e
Prisco Viana. Mas assumimos esse risco
com serenidade", confessou Noel de Car-
valho (PDT-RJ).
Para que à coincidência de posições
com o governo se limite ao sistema de
governo, os dois partidos, além do mani-
festo, anunciarão que seus 40 votos serão
dados ao destaque apresentado à emenda
presidencialista de Humberto Lucena
(PMDB-PB), estabelecendo quatro anos
de mandato para todos os presidentes da
República.
Ameaçad o — Antes da reunião
conjunta, os dois partidos se reunirão
separadamente. O PT discutirá, entre
outras questões, a posição do deputado
João Paulo Pires (PT-MG), parlamenta-
rista convicto que, na semana passada
avisou ao líder do partido, Luís Inácio
Lula da Silva, que não é leninista e não
aceita o princípio do centralismo demo-
crático. João Paulo já decidiu se abster na
votação de hoje, mas ainda não sabe se
votará na emenda parlamentarista de
Egídio Ferreira Lima (PMDB-CE). Se o
fizer, correrá o risco de ser punido —
como aconteceu <om Bete Mendes e
Airton Soares em 85: votaram em Tan-
credo Neves no Colégio Eleitoral e foram
expulsos do partido.
Embora haja outros seis parlamenta-
ristas doutrinários no PT, entre eles o
próprio Lula (os outros são Benedita da
Silva, do Rio de Janeiro, Irma Passoni,
Luís Gushiken, Plínio de Arruda Sam-
paio, de São Paulo, e Paulo Paim, do Rio
Grande do Sul), apenas João Paulo ousa
divergir. "Sou disciplinado", anunciou
Paulo Paim. "Minhas convicções não são
importantes diante da decisão do parti-
do", reforçou Plínio, para quem a vota-
ção no parlamentarismo configurará "um
ato de indisciplina".
Declaraçã o — No PDT, apenas
Moema São Thiago e Lysâneas Maciel
(RJ) divergem abertamente. O deputado
Amaury Muller (RS) e o senador Maurí-

cio Corrêa (DF) são parlamentaristas,
mas seguirão o partido. Moema votará
contra, até porque já brigou com Leonel
Brizola há algum tempo. Lysâneas ontem
pensava em fazer uma declaração de voto
pró-parlamentarismo.
Além de discutir a posição dos dissi-
dentes, o PDT na sua reunião das 9h, vai
escolher o orador que defenderá da tribu-
na a emenda presidencialista em nome do
partido. Há dois candidatos: Vivaldo
Barbosa e o líder Brandão Monteiro,
ambos do Rio de Janeiro: O PDT discuti-
rá também como agirá se a emenda for
aprovada. Segundo Brandão Monteiro, o
próprio Brizola já autorizou a bancada a
negociar com os parlamentaristas a apro-
vação de destaques que retirem parte do
poder do presidnete da República, como
a nomeação de um primeiro-ministro que
tenha função de coordenador político.
Segundo o deputado Noel de Carva-
lho, o ex-governador Leonel Brizola está
acompanhando essa decisão da Consti-
tuinte com preocupação mas "sem angús-
tia". Brizola disse a ele na última sexta-
feira que, para o PDT, "qualquer resulta-
do é bom". Brizola acha que com o
presidencialismo é candidato imbatível à
Presidência da República e que a aprova-
ção do parlamentarismo lhe dará uma
grande bandeira para a campanha: a
derrubada, por plebiscito, desse sistema.

Mufiança de voto

gera cobrança
Nu final <J;i sessão, a dc-;>ntu'i;!
Sandra Cavalcanti não escondia sua
irritação o>ni as pressões d» Planalto
cm favor do presidencialismo. \<»
aproximar-se de uma rodinha de

Luiz António —..15/10/87
/^$ls^

mm

Hl
w

W

Lula vive drama de consciência: se votar pelo presidencialismo, dá vitória a Sarney

— K enlj:>. Sandra, ganha o par-

Encarando <> deputado Ricardo

— Eu ainda fico escandalizada
oun o fii»d de alguém mudar de u>\<>
parj poder controlar uma repartição
fV arn cadaçáo d" tributos numa cida-
de do interior.

Fiu7j. polidamente, não respon-
deu. Ao lado. o deputado Cunha Bue-
iro (PDS-SP). ci unho monarquista d;«
Constituiote. <juis ser engraçado:

— Deputada, amanha vou orien-
tar a bancada monarquista a votar

— So \e for diante do r>pelho —
devolveu Sandra.
K afastou-se.

Votos que são

conseguidos
"no corredor"
"Nós es-
tamos traba-
lhando com

um contêiner y-v (
de variáveis, C 4
é impossível prever quem será o
vencedor". O desabafo do depu-
tado Fernando Lyra, ele próprio
parlamentarista da hora derradei-
ra, refletia na noite de ontem o
quadro de incertezas quanto à vo-
tação do sistema de governo na
Constituinte. As variáveis são mui-
tas e não se sabe se a emenda

presidencialista de Humberto Lu-
cena conseguirá quórum na primei-
ra rodada de votação, o que poderá
ocorrer hoje à tarde.

O deputado Maurílio Ferreira
Lima, um dos signatários da emen-

da presidencialista, preocupava-se
com os chamados "votos de corre-
dor". Este é um tradicional recurso

usado por parlamentares indecisos
que esperam a primeira votação,
negando quórum, para decidir na
segunda. Caso se confirme a falta
de quórum, a segunda votação se
dará 24 horas depois, e nesse perío-
do os ausentes tornam-se peças-
chaves na votação. Pelo menos por
24 horas viram reis, paparicados
pelos dois lados.

Não ficam apenas nestes dois
exemplos as variáveis. Tanto presi-
dencialistas como parlamentaristas
gastam horas para analisar compor-
tamentos de governadores. O chefe
do Gabinete Civil, Ronaldo Costa
Couto, convocou todos os governa-
dores presidencialistas para entrar
no jogo de corpo-a-corpo junto aos
constituintes. A dúvida entre os

políticos era descobrir qual gover-
nador estava fazendo a mise-en-

scène presidencialista ou jogava
para valer. Explica-se: governado-

res são sensíveis a verbas federais e

temem adotar uma postura escan-
carada contra o presidente. Por
conveniência política, fingem uma
posição de defesa de Sarney. Mas
na maioria dos casos decidem divi-
dir a bancada — e assim ficam bem
com os dois lados.

Também é da prática política
não decidir nada enquanto houver
tempo para mais conversas. É mui-
to provável que o bloco do "voto
do corredor" seja muito numeroso
hoje, porque além dos conhecidos
vacilantes podem estar entre eles
os parlamentaristas que preferem
dar tempo à negociação. Nesse ca-
so, a decisão para valer só se dará
amanhã. Os políticos de última
hora têm contra eles, entretanto, a

determinação de Ulysses Guima-
rães, que quer ver o problema
resolvido logo, de preferência na
primeira rodada.

Etevaldo Dias

Jânio festeja
Sarney e ataca
Constituinte
SÃO PAULO — Uma simples troca
de telegramas, ontem, mostrou a grande
identidade de pontos de vista e posições
políticas entre o presidente Sarney e o
prefeito Jânio Quadros, e a distância
cada vez maior entre Jânio e o presidente
da Constituinte, deputado Ulysses Gui-
marães.

O prefeito aproveitou o pretexto do
pequeno aumento do número de parla-
mentares paulistas — de 60 para 70
quando o estado pleiteava 80 e, pelo
contingente eleitoral, teria direito a 120

— para mais uma vez atacar a Constituinte, o que tem feito quase diariamente nas

últimas semanas.

Jânio, ao protestar contra o pequeno
aumento do número de parlamentares
paulistas, diz ao deputado Ulysses Gui-
marães que houve "discriminação" con-
tra o Estado e que houve "prevenção
manifesta" contra São Paulo, "responsá-
vel, no plano cultural e económico, pelas

grandes realizações de trabalho em benefício de todo o Brasil".
Depois de lembrar ao presidente da
Constituinte sua condição de paulista,
disse que a "injustiça" cometida com o
pequeno aumento da bancada "soa com
um agravo", e concluiu: "São Paulo não
precisa de favores, exige justiça".

Em outro telegrama; enviado ao pre-
sidente Sarney, o prefeito reitera pedidos

anteriores para a concessão de empréstmos da Caixa Económica Federal para a
prefeitura construir casas populares.

No mesmo dia em que emitiu esse
telegrama, Jânio recebeu uma amáve
mensagem do presidente da República
na qual Sarney agradece o "generoso
apoio do prefeito ao discurso feito aos
novos guardas-marinhas semana passad
quando o chefe do governo afirmou que a

transição "atravessa instantes de inquietação".
"Vamos repetir mais uma vez o almi-
rante Barroso: o Brasil espera que cada
um cumpra o seu dever, o que o prezado
amigo tem feito de maneira exemplar",
elogia Sarney em seu telegrama.

:

•

Ministro do Tribunal de Contas não será mais vital

BRASÍLIA '.— Quem for nomeado
para o Tribunal de Contas da União não
gozará mais da vitaliciedade,e deverá
deixar o cargo dé*iaiãistro apósioíttranòs
de exercício, sem direito a recondução. A
Constituinte decidiu também aumentar
de nove para 12 o número de integrantes
do TCU. Dois terços dos ministros serão
indicados pelo Congresso e um terço pelo
presidente da República.

Além de perder a prerrogativa de
nomear a totalidade do TCU, o presiden-
te não terá roais liberdade para dar o
cargo a quem quiser. Os quatro nomes
indicados pelo Executivo necessitarão de
aprovação do Senado e dois deles sairão
de lista tríplice de auditores do Ministério
Público que o TCU fará, segundo os
critérios de antiguidade e merecimento.
Se até a promulgação da Constituição
não surgirem mais vagas, o atual presi-
dente da LBA (Legião Brasileira de As-
sistência), Marcos Vilaça, amigo que o
presidente José Sarney nomeou para o
TCU, terá sido o último a chegar o cargo
pelo critério da amizade.

A Constituinte decidiu, ainda, am-
pliar as exigências para acesso ao TCU.
Além de idade entre 35 e 65 anos, o
ministro deverá ter notórios conhecimen-
tos jurídicos, económicos, financeiros,
contábeis e de administração pública. A

vitaliciedade dos atuais ministros foi
mantida.
A reformulação do TCU foi aprova-
da por 326 votos contra 25, e duas
abstenções. Na mesma sessão, o plenário
decidiu por 321 votos a 27 que as Consti-
tuições estaduais deverão elevar de cinco
para sete os conselheiros dos Tribunais
de Contas dos estados.

A competência do TCU ficou assim
definida: "Realizar inspeções e auditorias
de natureza financeira, contábil, orça-
mentária, operacional e patrimonial, in-
clusive quando forem requeridas pela
Câmara dos Deputados e o Senado Fede-
ral, nas unidades administrativas dos Po-
deres Legislativo, Executivo e Judi-
ciário".
Com o objetivo de evitar que a União
'libere recursos para os Estados sem a
vigilância de um órgão fiscalizador, como
acontecia na gestão de Aníbal Teixeira na
Secretaria de Planejamento, o plenário
decidiu também que o TCU vai "fiscali-
zar a aplicação de quaisquer recursos
repassados pela União, mediante convé-
nio, a Estado, ao Distrito Federal ou a
município". Essa decisão foi tomada por
326 votos a 13 e, por 333 votos a nove,
decidiu-se que o TCU pode "sustar, se
não atendido, a execução de ato impug-
nado, comunicando a decisão à Câmara
dos Deputados e ao Senado Federal".

Brasília — José Varella

Santana (E) consulta texto, numa sessão marcada pelos co^^

Plenário vota e conversa SSSHES3HE2
A toque de caixa, o plenário
lotado votava a parte final da organi-
zação do Poder Legislativo. Mas o
assunto das conversas, cochichos e
debates era mesmo presidencialismo
ou parlamentarismo, tema da vota-
ção de hoje.
"Não deu acordo. Tudo parado,
nâ", perguntava o deputado Henri-
que Eduardo Alves (PMDB-RN) ao
deputado Expedito Machado
(PMDB-CE).
A resposta foi um cochicho.
Mesmo com a ajuda dos governado-
res Geraldo Melo, do Rio Grande do
Norte, e Tasso Jereissati, do Ceará,
as bancadas pemedebistas dos dois
estados, até as 16h, não haviam
chegado a uma posição comum. No
cafezinho do plenário, o senador
Áureo Mello (PMDB-AM), sabo-
reando um chá preto, manifestava
confiança: "Vai dar presidencialis-
mo. Governo é governo. Na hora H
dá tudo e vence mesmo". O senador
aguardava a visita de seu governa-
dor, Amazonino Mendes, que na-
quele momento — 16h30min — esta-
va justamente no Palácio do Planalto
conversando "sobre presidencialis-
mo" com o presidente José Sarney.
Virada — Um assessor do se-
nador Jarbas Passarinho confiden-
ciou a um jornalista que na bancada
do Pará só restava como parlamenta-
rista o deputado Ademir Andrade
(PSB).
"Se houve virada eu não sei.
Vou decidir em plenário", escapava
o deputado paraense Jorge Arbage
(PDS), emendando: "Eu e Delfim
(Netto) temos uma emenda propon-
do presidencialismo e eleições gerais
agora em novembro. Até ela ser
votada muita coisa pode acontecer.

Vou aguardar argumentos que me
convençam. Decido em plenário".
"Hoje é impossível fazer previ-
sões. O que você acha que dá?"
devolvia a deputada parlamentarista
Cristina Tavares (PMDB-PE), en-
quanto o deputado Alceni Guerra
(PFL-PR) se preparava para uma
noite tranquila: "Com a gente não
• tem negociação. Nós não abrimos
mão dos quatro anos. A negociação
é lá com o povo do palácio. Alceni
defende presidencialismo com qua-
tro anos de mandato. As 18h30min,
encerrada a votação do dia, ia para
casa descansar para a "batalha de
hoje. "Pode dar parlamentarismo
com cinco anos", arriscava.
Abaixo-assinado — Se o
plenário fervia em conversas a meio
tom, na galeria quase vazia o músico
Jards Macalé apreciava a cena, ad-
mitindo: "Não acredito nesta Consti-
tuinte. Mas já que estou aqui em
Brasília, volto amanhã para acompa-
nhar a votação".
No fim da tarde, parlamentaris-
tas levaram ao presidente da Consti-
tuinte, Ulysses Guimarães, um abai-'
xo-assinado de 170 parlamentares
pedindo apoio para a emenda Egídio
Ferreira Lima (PMDB-PE). No ou-
tro extremo do salão verde, no gabi-
nete do senador Humberto Lucena,
presidente do Congresso, os presi-
dencialistas discutiam estratégias a
serem postas em práticas na votação
de hoje.
"A decisão sai do plenário mes-
mo", previa o deputado Maurílio
Ferreira Lima.
Um assessor de Lucena comen-
tou que à noite (de ontem) os gover-
nadores teriam muito trabalho.
— Terão — confirmou Maurílio.

Artigo 83

IV — realizar inspeções e auditorias
de natureza financeira, contábil, orça-
mentária, operacional e patrimonial, in-
clusive quando forem requeridas pela
Câmara dos Deputados e Senado Federal
nas unidades administrativas dos Poderes
Legislativo, Executivo e Judiciário e de-
mais entidades referidas no inciso II;
V — fiscalizar as contas nacionais das
empresas supranacionais de cujo capital
• social a União participe, de forma direta
ou, indireta, nos termos do respectivo
tratado constitutivo;
VI — fiscalizar a aplicação de quais-
quer recursos repassados pela União,
mediante convénio, a Estado, ao Distrito
Federal ou a Município;
VII — prestar as informações solicitadas
pelo Congresso Nacional ou qualquer de
suas casas, por iniciativa da comissão
competente, sobre a fiscalização contábil,
financeira, orçamentária, operacional e
patrimonial, e ainda sobre resultados de
auditorias e inspeções realizadas;
VIII — aplicar aos responsáveis, em
caso de ilegalidade de despesa ou irregu-
laridade de contas, as sanções previstas
em lei, que estabelecerá, dentre outras
cominações, multa proporcional ao vulto
do dano causado ao erário;
IX — assinar prazo para que o órgão
ou entidade adote as providências neces-
sárias ao exato cumprimento da lei, se
verificada ilegalidade;
X — sustar, se não atendida, a execu-
ção do aio impugnado, comunicando a
decisão à Câmara dos Deputados e ao
Senado Federal;
XI — representar ao poder competente
sobre irregularidades ou abusos apu-
rados.
Artigo 84 — A comissão mista per-

O que foi votado
manente a que se refere o parágrafo
primeiro do artigo 195, diante de indícios
de despesas não autorizadas, ainda que
sob a forma de investimentos não progra-
mados ou de subsídios não aprovados,
poderá, pela maioria absoluta de seus
membros, solicitar à autoridade governa-
mental responsável que, no prazo de
cinco dias, preste os esclarecimentos ne-
cessários.

Parágrafo Io

— Não prestados os
esclarecimentos, ou considerados insufi-
cientes por dois terços dos membros da
comissão, esta solicitará ao Tribunal pro-
nunciamento sobre a matéria, no prazo
de 30 dias.

Parágrafo 2o

— Entendendo o Tribu-
nal irregular a despesa, a comissão, se
julgar que o gasto possa causar dano
irreparável ou grave lesão à economia
pública, proporá ao Congresso Nacional
a sustação da despesa.
Artigo 85 — 0 Tribunal de Contas da
União, integrado por doze ministros, tem
sede no Distrito Federal, quadro próprio
de pessoal e jurisdição em todo o territó-
rio nacional, exercendo, no que couber,
as atribuições previstas no artigo 114.
Parágrafo Io

— Os ministros do Tri-
bunal de Contas da União serão escolhi-
dos dentre brasileiros com mais de trinta
e cinco e menos de sessenta e cinco anos
de idade, de idoneidade moral, reputação
ilibada e notórios conhecimentos jurídi-
cos, económicos, financeiros, contábeis e
de administração pública, com mais de
dez anos de exercício da função ou de
efetiva atividade profissional, para um
mandato, não renovável, de oito anos,
obedecidas as seguintes condições:
I — Um terço indicado pelo presi-
dente da República com aprovação do
Senado Federal, sendo dois alternada-
mente dentre auditores concursados e

membros do Ministério Público junto ao
Tribunal de Contas da União, indicados
em lista tríplice pelo Tribunal, segundo
os critérios de antiguidade é mereci-
mento;
II — Dois terços escolhidos pelo
Congresso Nacional, na forma do Regi-
mento.

Parágrafo 2o

— Os ministros, ressal-
vado quanto à vitaliciedade, terão as
mesmas garantias, prerrogativas, impedi-
mentos, vencimentos e vantagens dos
ministros do Superior Tribunal de Justiça
e somente poderão aposentar-se com as
vantagens do cargo quando o tenham
exercido efetivamente por mais de cinco
anos.

Parágrafo 3o

— Os auditores, quando
em substituição a ministros, terão as
mesmas garantias e impedimentos dos
titulares.

Parágrafo 4o

— Os auditores, quando
no exercício das demais atribuições da
judicatura, terão as mesmas garantias e
impedimentos.dos juízes dos Tribunais
Regionais Federais.
Parágrafo 5o

— É assegurada aos
atuais ministros do Tribunal de Contas da
União a garantia da vitaliciedade.
Artigo 86 — Qualquer cidadão, par-
tido político, associação ou sindicato é
parte legítima para, na forma da lei,
denunciar irregularidades ou abusos pe-
rante o Tribunal de Contas da União.
Artigo 87 — As normas estabelecidas
nesta seção aplicam-se no que couber à
organização e fiscalização dos tribunais
de contas dos Estados e do Distrito
Federal e dos tribunais e conselhos de
contas dos municípios.
Parágrafo único — As constituições
estaduais disporão sobre a composição
dos tribunais de contas respectivos, que
serão integrados por sete conselheiros.

Capítulo I só
termina hoje
Antes de iniciar a votação do Capítu-
lo II, que trata do Poder Executivo e vai
definir o sistema de governo, a Consti-
tuinte vai votar a iniciativa popular para
apresentação de leis ordinárias ao Con-
gresso Nacional, que concluirá o Capítulo
I (Poder Legislativo).

A proposta, assinada pelos depu-
tados Ronaldo César Coelho (PMDB-
RJ), Nelton Friedrich (PMDB-PR) e Mi-
riam Portela (PDS-PI), não foi votada
ontem. Os autores, temendo a possibili-
dade de rejeição, pediram que a esquerda
deixasse o plenário. Com isso, não houve
número para deliberação.

O vice-líder do PFL, deputado Ino-
cêncio de Oliveira, pediu que a emenda
fosse considerada prejudicada, argumen-
tando que se os autores não estavam em
plenário e seus nomes não constavam no
painel eletrônico, não poderia ser votada.
Mas o deputado Ronaldo César Coelho e
a deputada Miriam Portela se utilizaram
de mais um truque regimental: foram ao
microfone e anunciaram que haviam vo-
tado, embora o painel não registrasse.

Sandra conquista
apoio de mulheres
As mulheres têm mais chances de
chegar ao poder no sistema parlamenta-
rista, de acordo com um dos argumentos
utilizados pela maior defensora do parla-
mentarismo dentro da bancada feminina,
de 25 constituintes — a deputada Sandra
Cavalcanti (PFL-RJ). E já tem maioria
garantida: 13 votam com o parlamentaris-
mo, 10 com o presidencialismo e duas
estão indecisas.

Em sua argumentação, Sandra Ca-
valcanti cita os exemplos de Golda Meir, ;
em Israel; Indira Gandhi, na índia; Mar-
gareth Thatcher, da Inglaterra, e Maria
de Lourdes Pintassilgo, em Portugal, che-
fes de governo em seus países. Sem
deixar de lembrar que apenas duas chega-
ram à presidência: Corazon Aquino, nas
Filipinas, para resolver uma crise política
que dura até hoje, e Isabelita Peron, na
Argentina, deposta pelo golpe militar de
1976.

As parlamentaristas da Constituinte
serão relacionadas da tribuna, hoje, por
Lídice da Matta (PC do B-BA), que
defenderá o parlamentarismo como o
melhor sistema — moderno, anti-golpe,
com a participação do Parlamento nas
decisões.

Parlamentarista por convicção, Irma
segue a linha petista de votar no presi-
dencialismo. Segundo a deputada Bene-
dita da Silva, presidencialista tanto por
fidelidade partidária quanto por convic-
ção, o PT tem se reunido sistematicamen-
te para discutir o assunto:,"As conclusões
sempre levam ao presidencialismo por-
que o Brasil ainda não viveu o presiden-
cialismo democrático".

A pedetista rebelde Moema São
Thiago (CE), que já usou a tribuna para
criticar o "caudilismo e autoritarismo do
ex-governador Leonel Brizola", pretende
votar, contra a orientação do PDT, no
parlamentarismo.